

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS**

SARA GOMES DE SOUSA

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
OBRA “HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE” DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES
(1977-1980)**

CAMPO GRANDE/MS

2023

SARA GOMES DE SOUSA

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
OBRA “HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE” DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES
(1977-1980)**

Trabalho de Conclusão do curso de licenciatura
em História – realizado na Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito
à obtenção da graduação.

Orientador: Prof. Renato Jales da Silva Júnior

CAMPO GRANDE/MS

2023

SARA GOMES DE SOUSA

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
OBRA “HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE” DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES
(1977-1980)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Jales da Silva Júnior
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Vivina Dias Sol Queiroz
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro interno)

Profa. Dr. Elizabeth Maria Azevedo Bilange
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro interno)

Campo Grande, 11 de Julho de 2023

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
OBRA “HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE” DE JOSÉ BARBOSA RODRIGUES
(1977-1980)**

Sara Gomes de Sousa

RESUMO

Este artigo analisa historicamente a obra “História de Campo Grande” do memorialista José Barbosa Rodrigues, publicada em 1980. Partindo-se da hipótese de que a obra não contempla a diversidade de agentes e culturas presente na cidade, o estudo investiga os interesses e discursos do autor ao evidenciar determinados grupos em detrimento de outros na produção de uma memória oficial para Campo Grande, capital que emergia logo após a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977. A relação entre memória e cidade é inicialmente abordada, entendendo a cidade como instrumento material da vida coletiva e sua relação com as construções de memórias, a partir do conceito de lugares de memória de Pierre Nora. Em seguida, a pesquisa analisa capítulos pontuais da obra que vão do mito de origem da cidade às políticas higienista do início do século XX, considerando a temporalidade em que o autor está inserido, já que sua posição social e suas opiniões políticas estão entrelaçadas com suas motivações em forjar uma memória que beneficia um grupo em detrimento de outras práticas e memórias.

Palavras-chave: elite cidadina, cidade, memória, região.

1. INTRODUÇÃO

No dia 11 de outubro de 1977 o então presidente da República, general Ernesto Geisel assinou a Lei complementar nº 31, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul. Com isso a cidade de Campo Grande passava a ser uma capital. Este é um ato histórico muito conhecido entre os sul-mato-grossenses em geral, mas, a partir deste marco, é intrigante pensar que cidade emergiu deste processo? Quais histórias foram contadas e quais sujeitos foram e continuam sendo lembrados e esquecidos?

Entre os autores que escreveram a história do novo estado, o memorialista José Barbosa Rodrigues se empenhou em remontar uma origem oficial para Campo Grande. Em 1980 o autor publicou a obra “História de Campo Grande” que trouxe a primeira versão de um passado “digno de uma capital”, selecionando heróis e marcos de memória na história da cidade.

Antes de iniciar a análise dos escritos do autor, é fundamental o estudo da relação entre memória e cidade que subsidiará a análise futura. A cidade existe além do espaço físico, das ruas e construções que a compõe. Ela é espaço de relações sociais, de coexistência de diferentes grupos, costumes e culturas. Guedes Junior (2011) considera que a cidade deve ser entendida como um instrumento material de vida coletiva, pois os pensamentos, por meio da ação do homem, são materializados nas construções da cidade e no modo de viver da sociedade, solidificando conflitos e consensos.

Partindo deste ponto de vista, podemos considerar que a cidade tem o potencial de produzir diversos “lugares de memória”. Essa expressão foi criada pelo historiador Pierre Nora, o qual a define em três âmbitos: lugares materiais onde a memória social se estabelece; funcionais por terem o poder de fixar e reforçar memórias; e lugares simbólicos, onde a memória coletiva se expressa e se revela (NORA, 1993, p. 21).

Dessa forma, a cidade pode ser percebida como um espaço de práticas produzidas e vividas por homens e mulheres que instituem memórias, algumas se tornam hegemônicas e, portanto, sistematicamente divulgadas; outras silenciadas. Ao andar pelas ruas de Campo Grande vemos uma parte significativa disso ao lermos os nomes de algumas grandes avenidas (Fernando Correa da Costa, Rachid Neder, Eduardo Elias Zahran, entre outras) que destacam os feitos políticos e econômicos de determinados sujeitos que compõem a elite da cidade.

Raymond Willians (2005) coloca que em qualquer sociedade há um sistema central de prática e valores dominantes vividos e reafirmados diariamente, o que leva a maioria das pessoas a considerá-lo realidade absoluta. No entanto, essa cultura dominante não apenas

produz esses valores e os impõe, para que ela se sustente e mantenha sua hegemonia sobre outras camadas é necessário um processo de incorporação.

Há um processo que chamo de tradição seletiva: aquilo que, no interior dos termos de uma cultura dominante e efetiva, é sempre transmitido como “a tradição”, “o passado importante”. Mas o principal é sempre a seleção, o modo pelo qual, de um vasto campo de possibilidades do passado e do presente, certos significados e práticas são enfatizados e outros negligenciados e excluídos. Ainda mais importante, alguns desses significados e práticas são reinterpretados, diluídos, ou colocados em formas que apoiam ou ao menos não contradizem outros elementos intrínsecos à cultura dominante e efetiva (WILLIAMS, 2005, p. 217).

Portanto, as memórias hegemônicas que se sobrepõem não são apenas sobre um passado estático, elas estão sendo constantemente reajustadas, reinterpretando e incorporando valores, práticas e opiniões divergentes para adequá-las a cultura dominante. A propagação dessa memória é feita, principalmente, por meio de produtos culturais produzidos pelos grupos dominantes, como a literatura, que foi utilizada pelo memorialista José Barbosa Rodrigues.

Diante dessa assertiva, na análise que se seguirá, a obra “História de Campo Grande” foi colocada sob a ótica da luta em torno da construção e fixação de memórias. Compreender a historicidade do autor, sua visão de mundo, bem como sua posição social no contexto em que a obra foi redigida, foi de suma importância para a interpretação de suas intenções ao utilizar-se da memória como instrumento de poder para impor determinadas identidades sociais e evidenciar grupos sociais em detrimento de outros, bem como suas práticas.

2. A OBRA HISTÓRIA DE CAMPO GRANDE (1980)

José Barbosa Rodrigues é de origem mineira e veio para Campo Grande em 1943, junto de sua família. Seu primeiro emprego na cidade foi ao lado de sua esposa, Henedina Hugo Rodrigues, como professor na Escola Boa Vista. Posteriormente lecionou na Escola Estadual Joaquim Murtinho e na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora (ANDRADE, 2016). Amante das letras, Rodrigues escrevia diversos artigos que eram publicados no jornal Correio do Estado, que mais tarde foi comprado por ele e tornou-se o mais importante jornal impresso do estado de Mato Grosso do Sul. Defensor da causa divisionista, utilizou o jornal para divulgar seus ideais e enfatizar a nobreza do novo estado.

Esse impresso defendeu abertamente em suas páginas a existência de uma cidade civilizada e moderna. Nesse sentido, praticamente tudo o que não se enquadrou neste molde foi criticado e criminalizado, havendo uma luta constante para eliminar tal realidade da urbe campo-grandense (MORO, 2012, p. 23).

Além dos textos jornalísticos, o autor publicou livros que remontaram uma história que foi se tornando oficial para o estado de Mato Grosso do Sul e para a capital, selecionando

elementos que seriam marcos na memória dos sul-mato-grossenses. “História de Campo Grande” (1980) foi uma das primeiras obras que se preocupou em levar essa memória para os habitantes, forjando o início da vida civilizada, do progresso, mostrando os homens, as famílias e os sobrenomes que deram “origem” às fazendas que hoje formam a cidade de Campo Grande (MORO, 2012).

Os primeiros capítulos da obra tratam do desbravamento da região Sul de Mato Grosso no fim do século XIX. Após o término da guerra com o Paraguai, os sobreviventes do exército brasileiro teriam ficado encantados com as maravilhas da região de Mato Grosso, seus relatos sobre a terra “dádívosa” e “boa” convenceram José Antônio Pereira a se aventurar a procura de terra devoluta na região, junto de sua numerosa família.

Entusiasmado com as maravilhas da região matogrossês, que lhe foram descritas pelo cunhado, remanescente da Retirada da Laguna, que regressara a Monte Alegre, no estado de Minas Gerais, o já sexagenário José Antônio Pereira, de cerne rijo ainda, montou a cavalo, tendo por companheiros os seus filhos Joaquim e Antônio Luís, este com apenas 17 anos de idade, e mais 4 camaradas, rumo em direção as terras de Mato Grosso, à procura de uma gleba devoluta da qual pudesse apossear e radicar-se com sua gente (RODRIGUES, 1980, p. 21).

Na composição da caravana de José Antônio Pereira havia dois escravizados que não são citados pelo autor. De acordo com Amado e Galícia (2012), integravam a caravana apenas um filho de José Antônio, Antônio Luís, dois escravizados de nome João e Manuel, e o sertanista que os guiaram, Luís Pinto Magalhães. Este último só é nomeado na obra quando Rodrigues descreve a segunda comitiva realizada por José Antônio Pereira rumo a Campo grande, três anos depois da primeira.

A informação de que um guia habituado a desbravar o sertão acompanhou José Antônio na primeira expedição contradiz a imagem do pioneiro audaz, valente e intrépido, que desbravou o território inóspito e desconhecido e encontrou, por seu próprio mérito, a região de solo “fértil e abundante”, que Rodrigues reforça ao longo da obra. Por essa razão, a presença de Luís Pinto Guimarães só é registrada quando o autor descreve a segunda caravana, que era composta por cerca de 62 pessoas e levava grande quantidade de alimentos e demais provisões. Diante disso, o autor atribui a contratação do guia ao grande cuidado e preocupação de José Antônio para com as pessoas que integravam sua comitiva.

Compreendendo sua responsabilidade a frente de tão numerosa comitiva, e desejando abreviar ao máximo a longa caminhada a ser feita por caminhos quase inexistentes e desertos, José Antônio contratou para guia, um homem conhecedor das paragens mato-grossenses e “exímio em abreviar caminhos” que passou a história de Campo Grande com o nome de Luiz Pinto Guimarães, de origem cuiabana, residente em Uberaba, nas proximidades de Monte Alegre (RODRIGUES, 1980, p. 36).

O autor compara a magnitude da segunda comitiva de José Antônio a de uma expedição bandeirante, que chegava para trazer progresso ao “sertão agressivo”, isolado do mundo civilizado (MORO, 2012). Rodrigues importa a noção de “progresso” de outras regiões do país, como São Paulo, um centro urbano em expansão que representava o avanço rumo a “civilidade”. Esses conceitos, no entanto, são imbuídos de certos valores e significados que buscam impor a atuação de determinados grupos na história da cidade, descaracterizando e excluindo outros agentes sociais da narrativa de origem da capital.

Ao falar do desbravador, Rodrigues enfatiza sua vitalidade e disposição como além da curva para um homem de sessenta anos: “Era uma verdadeira aventura a decisão do velho mineiro. Apesar dos sessenta invernos a lhe pesarem sobre os ombros, a disposição de José Antônio até hoje impressiona quem estuda a história de Campo Grande” (RODRIGUES, 1980, p. 21). O vigor e a força de José Antônio são refirmados em vários momentos como razão de orgulho para os cidadãos campo-grandenses em descenderem de um homem valente e viril.

Quando a caravana de José Antônio Pereira chegou na região onde hoje é Campo Grande, em junho de 1872, João Nepomuceno Ferreira e sua esposa Maria Abranches já habitavam a região há alguns anos, haviam estabelecido um rancho onde cultivavam alguns alimentos e criavam animais. Diante desse fato, Rodrigues reserva um capítulo para discutir a importância do reconhecimento de José Antônio Pereira como único fundador da cidade. O autor ressalta que a região era lugar de passagem de um ponto a outro, o que justificava alguns viajantes fazerem paradas ali para descansarem e reabastecerem suas caravanas.

É sabido que a região, naqueles idos tempos, já era palmilhada de há muito, justificando a existência de moradores à beira dos caminhos. Sérgio Buarque de Holanda, cuja autoridade como estudioso da história é incontestável e respeitada, afirma não ser nenhuma novidade que, pela região onde hoje está localizado o município de Campo Grande, passavam caminhos que levavam de um ponto a outro. [...] (RODRIGUES, 1980, p. 24).

Para Rodrigues, João Nepomuceno era um viajante fugindo de seus crimes que estava de passagem, pois precisava abastecer-se de suprimentos para seguir viagem até Miranda. Nepomuceno é descrito como um homem “intrigante, rixento e mau”, seu caráter é sempre posto em xeque, como no episódio narrado pelo autor em que Nepomuceno vai até a fazenda de José Mota, próxima da região de Campo Grande, para comprar uma cabeça de gado, que seria abatida e carregada até seu rancho para alimentar seus dependentes:

Avalentado, destemido, Nepomuceno um dia, por engano ou má fé, abateu uma novilha que não a que comprara. Surgiu forte discussão entre ele e Mota, a qual terminou em tragédia. Mais uma vez João Nepomuceno manchava as mãos no sangue de outro homem. (RODRIGUES, 1980, p.32)

Na urgência em apagar qualquer vestígio de uma origem desonrosa, o autor afirma que as correntes históricas que colocam João Nepomuceno como um dos fundadores da cidade são “baseadas em assertivas sem fundamento” (RODRIGUES, 1980, p. 27).

Ao que conclui das mais antigas versões, Nepomuceno foi apenas um viajor que, interrompendo a sua marcha para Miranda, fugindo de Camapuã, aqui pretendia apenas demorar tempo mais ou menos suficiente para plantar e colher provisões necessárias ao sustento da pequena caravana que chefiava, como era costume então, para depois prosseguir rumo à povoação que prosperava às margens do antigo Mbotetey. A chegada de José Antônio Pereira e a consequente sociedade que fizeram, o reteve por mais tempo (RODRIGUES, 1980, p. 32).

Após o primeiro contato com João Nepomuceno, José Antônio pôde finalmente estabelecer-se na região. De acordo com Rodrigues, escolheu erguer seu rancho à margem esquerda do riacho Anhanduizinho, banhado pelas águas do córrego Prosa e Segredo, que tornavam aquele solo ainda mais rico. Quando iniciou o período das chuvas, o “bravo mineiro” começou a plantação da primeira roça, a fim de prover a “subsistência dos pioneiros” (RODRIGUES, 1980, p. 29).

Ao escrever sobre a primeira lavoura, o autor exalta o solo que ainda hoje “conserva sua fertilidade” e sempre retribuía os esforços do “pioneiro” que trabalhava com entusiasmo e não se abatia diante dos contratempos: “Em tempo curto tremulavam à viração constante, as flamulas verdes e promissoras da primeira roça. Por entre o milharal, outros cereais cresciam, num viço que atestava a feracidade extraordinária do solo” (CONGRO, 1919, p. 9, apud RODRIGUES, 1980, p. 29).

Com o desenvolver da lavoura, José Antônio enfrenta a primeira adversidade em sua roça, a praga: “Enorme e escura nuvem de gafanhotos, vinda talvez da região ainda desconhecida do Chaco paraguaio, obscureceu a luz do sol e pousou o verde lençol que brotara da terra dadivosa e boa” (RODRIGUES, 1980, p. 29). O autor usa desse acontecimento para reforçar a imagem do “pioneiro destemido”, afirmando que outro espírito “menos forte” que não o de José Antônio Pereira não teria resistido a tamanha prova (RODRIGUES, 1980, p. 30)

Além disso, ao colocar a possibilidade de as pragas terem origem no Chaco Paraguaio, o autor encontra uma justificativa para os problemas da região. Todo o contraponto as qualidades estão relacionadas ao “paraguaio invasor” ou a população nativa. Os paraguaios são representados nas obras memorialistas como pessoas extremamente violentas, que matavam animais e pessoas que moravam nas fazendas dos brasileiros que tinham se apossado das terras na Serra de Maracaju (MORO, 2012, p. 32).

Segundo Maldonado e Brand (apud MORO, 2012, p. 31), os indígenas também não são reconhecidos como habitantes que ocupavam a região há muito tempo, mas como violentos, agressivos, assassinos, matadores de rebanho e destruidores de fazendas.

Tanto o paraguaio quanto a população nativa representam uma ameaça a vida dos desbravadores. Esses foram colocados no mesmo patamar dos bandeirantes, sujeitos descritos como valentes, destemidos, inteligentes e audazes, que traziam progresso e civilidade para a região do sertão selvagem e inexplorado.

Nas afirmações dos memorialistas, sobretudo as feitas por Emílio Garcia Barbosa, as famílias dos pioneiros apareceram como desbravadoras de um território inóspito, agressivo, infestado por animais selvagens e “selvícolas ciumentos e ferozes” que ameaçavam a integridade física dos que tinham chegado para trazer progresso ao “sertão agressivo”, até então distante e isolado do mundo civilizado (MORO, 2012, p. 32).

Esses pioneiros responsáveis por “salvarem” a terra da ameaça indígena e paraguaia são os antepassados da atual elite agrária da cidade de Campo Grande. Ao fazer a construção de uma narrativa cronológica, Rodrigues estabelece alguns marcos de memória centrado nos sobrenomes das famílias dessa classe dominante que legitimam seu passado e a posição que se encontram hoje na sociedade campo-grandense, ao mesmo tempo que exclui a participação de qualquer outro grupo na construção da história da capital.

Foi assim que nasceu Campo Grande, fruto da coragem e intrepidez de brasileiros que aportaram no Mato grosso do Sul durante aproximadamente quatro centenas de anos, preando o bugre, caçando o áureo metal, tangendo o gado e acorrendo ao apelo da Pátria contra o paraguaio invasor (RODRIGUES, 1980, p. 18).

Após contextualizar o “descobrimento” da região e legitimar José Antônio Pereira como patriarca da cidade, José Barbosa Rodrigues concentra seus esforços em descrever os primeiros moradores da região, os “homens de bem” que vieram de longe e fizeram daqui um “distrito de paz”, nome dado a este capítulo da obra. A primeira família lembrada pelo autor é a de sobrenome Barbosa:

Dentre os antigos desbravadores a história conservou o nome de outro mineiro destemido, Inácio Gonçalves Barbosa, que enlurado na fazenda “passa tempo”, localizada nos famosos campos do Erê, dava a Mato Grosso uma descendência numerosa, que constitui hoje a família Barbosa (RODRIGUES, 1980, p. 49).

A família Barbosa deixou um legado significativo na sociedade campo-grandense, com diversos descendentes ocupando lugares de destaque ao longo dos anos. Entre eles, destaca-se Vespasiano Barbosa Martins, neto de Inácio Gonçalves Barbosa. Além de médico, Vespasiano também fez carreira na política, tendo sido eleito Intendente da Vila e do Distrito de Campo Grande no ano de 1918, três vezes prefeito de Campo Grande entre 1931 e 1942, uma vez

governador do estado de Mato Grosso de 1933 a 1934 e duas vezes senador, tendo exercido seu último mandato de 1946 a 1955.

Vespasiano fez parte da geração dos “intendentes doutores”, termo usado pelo historiador Carlos Alexandre Trubiliano (2015) para designar os profissionais liberais (médicos, engenheiros e advogados) que vieram para a cidade na onda migratória possibilitada pela chegada da ferrovia Noroeste do Brasil, em 1914, ou que voltaram para a sua cidade natal, após concluir a graduação em universidades localizadas nos grandes centros urbanos do país. Esses profissionais passaram a ocupar cargos públicos, formando alianças junto aos coronéis, e trouxeram consigo ideais modernizadoras para cidade de Campo Grande.

Profissionais liberais possuidores de relativa ilustração, carisma e capacidade de liderança tornaram-se chefes da política local; para além da carreira profissional, ser um doutor era “sinônimo de prestígio social, marca de poder político, se transformado em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política (SCWHARCZ, 1993, p. 142, apud TRUBILIANO, 2015, p. 131).

O período governado pelos “intendentes doutores” ocorreu entre o fim do último mandato do coronel Sebastião Lima, em 1918, e a nomeação dos interventores estaduais, depois do golpe de 1930. As inovações que o governo dos “doutores” trouxe para a cidade serão abordadas mais a frente, na análise do capítulo que Rodrigues dedica ao “Código de Posturas Municipais”.

Vespasiano se casou com Celina Baís, filha de Bernardo Franco Baís, imigrante italiano, comerciante, que ergueu seu casarão em Campo Grande e tornou-se influente na região, ocupando cargos altos na administração da urbe. Os Baís não são deixados de lado por Rodrigues, que os relembra no mesmo capítulo:

No dia 23 de novembro de 1889 era promulgada a lei nº792, do governo do Estado, que criava o Distrito de paz de Campo Grande, pertencente ao município de Miranda, sendo nomeado para as funções de Juiz de Paz o cidadão Bernardo Franco Baís, homem honesto, trabalhador e muito conceituado (RODRIGUES, 1980, p. 53).

Fruto do casamento entre Vespasiano e Celina, Nelly Martins, casou-se com seu primo, Wilson Barbosa Martins, importante político regional. Wilson foi duas vezes governador do recém-criado estado de Mato Grosso do Sul, exercendo seu primeiro mandato no ano de 1983 e o segundo no ano de 1995, também foi senador e deputado federal. Além disso, foi prefeito da cidade de Campo Grande entre 1959 e 1963. Seu irmão, Plínio Barbosa Martins também foi prefeito da cidade de 1967 a 1970, ambos tiveram suas candidaturas apoiadas pelo jornal Correio do Estado, do autor José Barbosa Rodrigues que, apesar de não ter pertencido a nenhum partido político, não deixou de usar seu periódico para prestar apoio a diversas candidaturas (MORO, 2012, p. 24).

Ao analisar este breve recorte da história da família Barbosa, podemos observar a configuração principal da elite campo-grandense. De um lado, os grandes proprietários de terras, conhecidos como "coronéis", cuja participação na vida pública era vista como uma continuação do controle exercido em suas fazendas (TRUBILIANO, 2015). Do outro lado, temos os imigrantes e migrantes, cuja principal atividade era o comércio. Soma-se a esse grupo os "profissionais liberais", como médicos, advogados e engenheiros. Esses dois grupos formavam alianças através de casamentos entre as famílias, como foi o caso de Celina Baís e Vespasiano Barbosa, para fortalecer e concentrar o poder nas mãos dessa elite, perpetuando sua influência ao longo das gerações.

Além da família Barbosa e Baís, o autor elenca uma série de nomes de “homens de bem” que compuseram a elite da urbe e deixaram descendentes que continuaram sua influência:

Entre os homens de bem que vieram de longe e procuravam consagrar seu tempo ao trabalho honesto e à grandeza da terra, destacaram-se, Bernardo Franco Baís, Francisco Mestre, João Correa Leite, Manoel Inácio de Souza, José Vieira Damas, João Antunes Nascimento, Joaquim Vieira de Almeida e tantos outros que deixaram numerosa progênie.

A estas famílias, Campo Grande preserva ainda hoje homenagens em nomes de ruas, escolas e bustos expostos em praças na área central da cidade.

Figura 1 – Busto de Vespasiano Barbosa Martins em frente a catedral de Campo Grande.



Fonte: blog Datas e Fatos Históricos

Figura 2 – Escola Municipal Prefeito Manoel Inácio de Souza



Fonte: jornal Campo Grande News

Essas referências a membros da elite cidadina são marcos urbanos que reforçam a imposição de uma memória hegemônica, desempenhando a função de educar a população para uma memória coletiva da qual ela não faz parte. Essas homenagens são sempre atribuídas a homens brancos e ricos, que integram uma mesma categoria, além de serem pensadas e executadas por seus descendentes, como forma de perpetuar a dominação da elite.

Ao falar da pujança do solo, do bom clima e da localização da cidade que atraiu os homens de boa índole, viajantes, comerciantes e boiadeiros honestos, Rodrigues também revela o oposto:

Essa fama de riqueza atraiu, além de grande número de homens prestimosos que vieram se consagrar ao trabalho honesto, também um grande número de bandidos e desocupados que se exercitavam na prática dos mais hediondos crimes, por contarem com a impunidade, visto não haver aqui uma organização regular de autoridades que pudesse reprimi-los (RODRIGUES, 1980, p. 50).

O relato do autor revela a presença de uma pluralidade de agentes sociais na cidade. Segundo Moro (2012), quando as fontes memorialistas ou oficiais, que apresentam uma narrativa linear e sem conflitos da história, indicam a existência de outros sujeitos alheios à elite, é possível, então, pensar no posicionamento dessa elite em relação a outros agentes e como ela interagia com eles, os quais Rodrigues descreve como "desordeiros", "bandidos" e "desocupados".

No capítulo denominado "As Posturas Municipais", o autor dedica-se a analisar o primeiro código de posturas municipais implantado na cidade, mostrando as políticas para conter e civilizar esses outros agentes sociais.

O primeiro código de posturas municipais, aprovado pela Câmara municipal, em 1905, e revisto no ano seguinte, merece um capítulo especial nesta monografia, devido ao cuidado especial que tiveram os primeiros legisladores campo-grandenses, a fim de preservar a ordem na então pequena vila, onde nem sempre as autoridades eram acatadas com o respeito que mereciam (RODRIGUES, 1980, p. 75).

Ao contrário do que o autor afirma, o primeiro código de posturas municipais de Campo Grande não teve nenhum cuidado especial dos primeiros legisladores na sua elaboração, ele fora integralmente copiado do Código de Posturas de Corumbá (TRUBILIANO, 2015).

Durante o capítulo Rodrigues comenta alguns artigos do código. Chamo atenção para o artigo 2º, que determina a obrigatoriedade de as pessoas não vacinadas irem até a câmara da cidade a fim de se vacinarem, levando seus dependentes, seja filhos, fâmulos ou escravos. O autor faz um adendo no rodapé da página, que contradiz sua afirmação anterior sobre o cuidado especial em que havia sido pensado o código de posturas.

O primeiro código de posturas de campo Grande deve ter sido copiado simplesmente, pois é incrível que não ano de 1905, aqui houvesse escravos. A escravatura no Brasil foi abolida em 13 de maio de 1888... tudo indica que na região nunca tenha existido escravo, habitada que era por gente pobre, onde não circulava dinheiro e as transações eram feitas “a cambio”, isto é, por trocas de mercadorias (RODRIGUES, 1980, p. 77).

Mais uma vez, preocupado em apagar vestígios de uma origem “desonrosa”, o autor não reconhece a existência de escravizados na região, negando a descendência negra da população campo-grandense. Com o mesmo intuito, ao longo de toda a obra, o autor não faz qualquer menção a Comunidade Quilombola da Tia Eva, negra alforriada que se instalou junto com sua família em Campo Grande, por volta do ano de 1905, próxima ao córrego Segredo.

A Comunidade exerceu um papel de extrema importância na história da cidade. Nas terras pertencentes à Tia Eva, diversos produtos eram produzidos, tais como doces, azeites e artesanatos, que eram vendidos em feiras no centro. As mulheres prestavam serviços como parteiras, cozinheiras, benzedadeiras e lavadeiras. Na área urbana, as novas construções eram erguidas pelas mãos negras dos homens da comunidade, que possuíam conhecimento em construção civil (“Formação e Localização – Comunidade Quilombola Tia Eva”, [s.d.]).

Apesar da inegável contribuição da comunidade para a cidade, José Barbosa Rodrigues não revela a participação dos negros na história de Campo Grande. Ao longo da obra, o autor valoriza e defende um “passado branco”, que honra e diferencia a elite dos “tipos populares”.

Sua posição fica clara ao apoiar o código de posturas de 1905, que se dedicou a educar os habitantes no âmbito moral e social, punindo manifestações culturais das camadas mais pobres, tidas como “bárbaras”:

[...] proibiu-as de dizer obscenidades, escrever e desenhar nas paredes das casas ou muros palavras ou figuras indecentes que ofendessem a moral pública. Não era permitido fazer barulho, algazarra e/ou gritar durante a noite, além de “fazer-se

sambas, Catiretes, ou outros quaisquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa” (CÓDIGO DE POSTURAS DE CAMPO GRANDE, 1905, art. 45), sob pena de multa de dez mil réis ou cinco dias de prisão (TRUBILIANO, 2015, p. 134).

O código de posturas de 1905 visava o aprimoramento urbano para Campo Grande, que recém havia sido elevada a município, em 1899, e já sonhava com as transformações e o progresso que viriam com a chegada da ferrovia anos mais tarde. No entanto, para o intendente Arlindo de Andrade Gomes, o código de 1905 não se mostrou eficaz, o que o levou a se preocupar em atualizá-lo em seu governo. Assim, é criado o Código de Posturas Municipais de 1921 (TRUBILIANO, 2015, p. 135).

O código de posturas de 1921 era significativamente mais extenso e continha mais especificações que o anterior. Conforme lembra Trubiliano (2015), ele foi pensado após a chegada dos trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil, que trouxe um grande fluxo migratório para a cidade. Enquanto o de 1905 normatizava uma cidade com dois mil habitantes, o de 1921 tratava de cerca de 22 mil habitantes, por essa razão o código foca na urbanização da cidade, estabelecendo regras quanto a larguras das ruas e construção das casas.

Além disso, a partir da década de 1920 a presença militar se intensifica na cidade, somando um novo grupo a elite cidadina, o que gera mudanças tanto físicas quanto culturais. A elite agora era composta pelos “homens de cultura” (militares), pecuaristas e “homens de pensamento” (doutores) (MORO, 2012) .

O principal grupo que idealizou o código de 1921 foram os “doutores” citados anteriormente, profissionais liberais que pautavam a administração pública sob a ótica da técnica e da ciência. Esses intendentes buscaram incorporar a modernidade em Campo Grande, fazendo com que a paisagem da cidade se aproximasse dos grandes centros urbanos e se distanciasse do rural.

A gestão dos problemas urbanos pelos intendentes doutores cumpriu com a orientação republicana de que as municipalidades deveriam pautar suas políticas de urbanização nos parâmetros do higienismo, promovendo uma profilaxia social do espaço. (TRUBILIANO, 2015, p. 131)

Em 1909, poucos anos antes da chegada da ferrovia, os dirigentes já se preocuparam em mudar a aparência da cidade para atender o que na época era um dos maiores símbolos de modernidade. Para isso foi contratado o engenheiro Nilo Javari Barém, que desenhou uma planta da cidade atendendo as demandas da futura ferrovia. José Barbosa Rodrigues dedica um capítulo da obra, denominado “Levantamento da planta e alinhamento das ruas”, para descrever as mudanças feitas pelo engenheiro e enaltecer as melhorias do alargamento das ruas, criação da avenida central e das praças públicas.

Após a chegada da ferrovia, a cidade se expandiu além dos limites estabelecidos por Barém, o que levou à implementação do código de 1921, com o objetivo de normatizar e organizar o espaço urbano. Dentre as ações desse código, destacam-se a fixação dos limites territoriais do município e o estabelecimento de regras para a largura mínima de ruas e avenidas, bem como a disposição de postes e árvores, de forma a não interromper a circulação de pessoas e mercadorias. O objetivo da lei era criar uma paisagem que representasse o status republicano de um novo tempo, que fosse "um novo espaço, higiênico e grandioso, o que significa não colonial, limpo, varrido pela luz, visível para o controle, em suma, moderno" (ANDRADE; MAGALHÃES, 1989, apud TRUBILIANO, 2015, p. 138).

Além disso, evidenciando a intolerância da elite para com outros agentes sociais no espaço por ela dominado, as construções na área central da cidade que não se enquadrassem nas normas higienistas deveriam ser demolidas pelos proprietários, sob a justificativa de que casas de pau a pique e chão batido não eram compatíveis com a estética moderna e civilizada que se pretendia para a cidade, como afirmou o intendente Arlindo de Andrade Gomes, pois eram uma “agressão a fisionomia da cidade” (SERRA, 1989, p. 9, apud TRUBILIANO, 2015, p. 139)

A dinâmica de interação entre os novos códigos e símbolos passou a comunicar aos cidadãos um novo contexto de comportamento e ocupação em relação ao espaço. O embelezamento da cidade afastou, compulsoriamente, os populares do centro, paisagem a qual “enfeavam” (TRUBILIANO, 2015, p. 140).

Com as políticas de afastamento das pessoas pobres da região central, esses indivíduos migraram para as periferias da cidade e para as zonas rurais, mas esses locais também não ficaram livres das normatizações higienistas dos “doutores”. O novo código estabeleceu regras quanto a construção de casas, cercamento, criação de animais e estradas na zona rural.

Os produtores rurais eram importantes agentes no abastecimento da cidade, por esse motivo, apesar dos esforços dos intendentes para fazer com que a “roça ficasse na roça”, verdureiros, leiteiros, peixeiros e vendedores de animais faziam parte, cada vez mais, do cenário urbano de Campo Grande (TRUBILIANO, 2015, p. 142). Consciente da importância desses ambulantes para o abastecimento da cidade, a administração pública rapidamente procurou uma maneira de regulamentar esse tipo de trabalho, que não se adequava aos padrões higiênicos da cidade. Como resultado, foram criadas feiras e colônias agrícolas para concentrar esses trabalhadores em locais específicos, geralmente afastados da cidade, de forma a não obstruírem o trânsito nas ruas com suas barracas e carrinhos e, ao mesmo tempo, permitir uma melhor vigilância sanitária.

Impulsionada pelo crescimento populacional, e como parte da política para assentar os imigrantes e ocupar os “espaços vazios”, a gestão de Arlindo de Andrade Gomes incentivou a criação de colônias agrícolas nos Distritos de Terenos, Jaraguari e Rio Pardo. Por meio da doação de terras, pequenos agricultores, sobretudo colonos europeus e japoneses egressos das lavouras cafeeiras de São Paulo, foram estimulados a fixar-se nesses distritos. Eles chegaram a Campo Grande empregados na construção da linha férrea da Noroeste do Brasil, e passaram a se dedicar “nas redondezas da cidade, à pequena agricultura, abastecendo diariamente o mercado consumidor” (CONGRO, 1919, p. 38)

Além das mudanças e normatizações na estrutura física da cidade, o código de 1921 estendeu as punições relacionadas ao modo de viver e aos costumes dos trabalhadores, presentes no código de 1905. Para a consolidação da construção de uma “nova cidade” salubre e moderna, era preciso “novas pessoas”, com novos comportamentos alinhados ao pensamento higienista

A principal preocupação era manter a “limpeza” das ruas não só no sentido físico, por isso o código não proibia expressamente manifestações culturais ou de lazer dos populares, mas os inviabilizava. A presença de mendigos nas ruas, por exemplo, foi burocratizada de tal forma que se tornava impossível mendigar sem estar fora da lei:

É proibido mendigar pelas ruas e praças da cidade, povoações e estradas públicas do município, sem estar munido de atestado médico de invalidez e atestado de indigente passado pela autoridade policial e vistados pelo intendente (...). Os infratores serão detidos e entregues a polícia” (CÓDIGO DE POSTURAS, 1921, art. 319).

O mesmo ocorreu com práticas esportivas, danças e jogos, que foram proibidos de serem realizados em ruas, pátios ou praças públicas, para que não atrapalhassem a circulação de pessoas, sendo possível a prática somente dentro dos clubes esportivos privados, frequentados exclusivamente pela elite.

O intendente Arlindo de Andrade Gomes, principal idealizador e executor da política higienista na cidade, tem um capítulo na obra de José Barbosa Rodrigues dedicado a ele. Quando Campo Grande foi elevada à Comarca Especial, no ano de 1911, Arlindo de Andrade foi nomeado primeiro juiz de direito. O autor utiliza, durante todo o capítulo, diversos depoimentos de pessoas próximas a Arlindo que exaltam e justificam sua competência para o cargo.

[...] O advogado Demosthenes Martins, que por longos anos conviveu com Arlindo de Andrade, assim se expressa sobre nosso primeiro juiz de Direito: “a presença desse magistrado à frente da Comarca foi-lhe um régio presente do destino, pelas nímias virtudes que exornavam a sua singular personalidade. Homem de inteligência e de cultura, vindo daquela acrópole da intelectualidade jurídica que era a faculdade de Direito de Recife, moço, idealista e operoso, não se quedou preso aos seus afazeres judicantes [...]” (RODRIGUES, 1980, p. 99).

Durante seu governo, Arlindo defendeu com veemência a limpeza do centro urbano, conduzindo operações de saneamento e embelezamento da cidade para além do material,

atacando o modo de viver e as manifestações culturais das camadas populares. Ao enaltecer a figura do intendente, José Barbosa Rodrigues concorda e reafirma sua posição e seus preconceitos em relação as camadas populares.

Diante da análise apresentada, fica evidente a seletividade da narrativa oficial proposta pelo autor. José Barbosa Rodrigues, como pioneiro na elaboração da história da capital, teve sua obra amplamente aceita e difundida, principalmente devido à sua posição de poder. Como proprietário do mais importante jornal do estado na época, o autor expressou os sentimentos da elite dominante em relação aos “outros”, restringindo, social, moral e culturalmente o espaço atribuído ao “povo” na história da capital. Dessa forma, a leitura crítica e a problematização das produções oficiais dos memorialistas são fundamentais para mensurar o impacto dessas obras na formação social urbana da cidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se dedicar a construir uma história oficial para a capital que emergiu após a criação do estado de Mato Grosso do Sul, o memorialista José Barbosa Rodrigues não estava somente fazendo contribuições para a história regional, mas, principalmente, para a consolidação de uma memória hegemônica, legitimadora do poder da elite. Ao longo da pesquisa, foi explorada a relação entre memória e cidade, entendendo que a cidade vai além do seu espaço físico, sendo um espaço de relações sociais e de coexistência de diferentes grupos. Assim, a pesquisa se desenvolveu ao investigar as intenções e práticas de José Barbosa Rodrigues ao utilizar a memória como um instrumento de poder na construção de identidades sociais e na evidenciação de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Diante das reflexões apresentadas ao longo deste trabalho, é imprescindível ressaltar a importância de se analisar criticamente os processos de construção e manipulação da memória coletiva. A obra de Rodrigues nos conduz a uma reflexão sobre o papel dos excluídos e das culturas marginalizadas no contexto de um projeto de recorte regional e simbólico. No entanto, é necessário ir além e voltar o olhar para aqueles que foram deixados de fora desse projeto, para as culturas, os costumes e os grupos silenciados nesse processo de manipulação da memória pelos grupos de domínio preocupados em tornarem-se senhores da memória e do esquecimento (LE GOFF, 1996, p. 426).

Durante o desenvolvimento deste estudo, foi possível identificar alguns limites e desafios. A obra "História de Campo Grande" de José Barbosa Rodrigues é apenas uma fonte

entre outras possíveis, e a análise poderia ser enriquecida com a inclusão de perspectivas complementares, como relatos de outros memorialistas, documentos oficiais e testemunhos de diferentes grupos sociais. Além disso, o livro é uma obra vasta com mais elementos a serem pensados e possibilidades que demandam mais tempo e investimento de pesquisa. Portanto, há um campo vasto para a continuação desta pesquisa, explorando outras fontes, perspectivas e temporalidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, [S. l.], v. 10, n. 17, p. 55–67, 2008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/62>. Acesso em: 18 nov. 2022.

AMADO, Ana Rita Swenson; GALÍCIA, Rita de Cássia de Barros. **História de Campo Grande**. Campo Grande-MS: Alvorada, 2012.

ANDRADE, Thiago. José Barbosa Rodrigues: trajetória marcada pelo pioneirismo. **Correio do Estado**, Campo Grande, 30 jun. 2016. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/correio-b/jose-barbosa-rodrigues-trajetoria-brmarcada-pelo-pioneirismo/281191>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Vol. 2. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2009.

CONGRO, Rosário. **O Município de Campo Grande – Estado de Matto Grosso**. Publicação Oficial, 1919.

Formação e Localização – Comunidade Quilombola Tia Eva. Disponível em: <https://www.comunidadequilombolatiaeva.com.br/localizacao/>. Acesso em: 24 de abr. de 2023.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 2008.

JUNIOR, Antônio Fernando Cordeiro Guedes. Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, 2011.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. ANDRADE. Rodrigo Ferreira. **Belo Horizonte: um espaço para a República**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1989.

MALDONADO, Caroline Hermínio; BRAND, Antônio Jacó. A representação indígena guarani em livros memorialistas. **Espaço ameríndio**, v. 4, n. 1, p. 31-31, 2010.

MORO, Nataniél Dal. **O pensar da elite sobre o povo comum: espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)**. 2012. 310 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.
- QUEIROZ, P. R. C. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). **Diálogos**, p. v. 10, n. 2, p. 149-184, 2006.
- RODRIGUES, José Barbosa. **História de Campo Grande**. São Paulo: Resenha Tributária (1980).
- ROSAS, F. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, p. 84-87, jun. 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993). **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.
- SERRA, Ulisses. **Camalotes e guavirais**. Campo Grande: Academia Sul-Mato-grossense de Letras, 2004.
- TRUBILIANO, C. A. B. A fundação do homem público nos primórdios do coronelismo em Campo Grande - MT/MS(1905-1917). **Especialidades**, v.8, n. 1, p. 212–228, out. 2015.
- _____. Os intendentos “doutores” e a formação urbana de Campo Grande MT/MS (1905–1940). **Intellèctus**, v. 14, n. 2, p. 129-152, 2015.
- WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista Usp**, n. 66, p. 209-224, 2005.